

DINÂMICA DA COMPETIÇÃO ELEITORAL E DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA (1990-2018)

Data de aceite: 02/10/2023

Roberto Ramos Santos

Doutor em Ciência Política pela USP, professor titular no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima, pesquisador no Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa) e coordenador estadual do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL-RR).

Antônia Celene Miguel

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, professora do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio da Amazônia, Boa Vista, Roraima, e pesquisadora do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL-RR).

federativa, geograficamente situada na Amazônia, com duas fronteiras internacionais, Venezuela e Guiana, e um PIB fortemente dependente do setor público, baseado nas transferências de recursos da União,¹ o estado de Roraima é relativamente novo no arcabouço jurídico e na estrutura de organização político-administrativa brasileira. É formado por apenas quinze municípios e tem uma área geográfica quase do tamanho do estado de São Paulo, correspondendo a 224.298,98 km² e com 46,4% de reservas indígenas. Foi instituído como estado-membro da Federação pela Constituição de 1988, mas, antes disso, viveu por 45 anos no estatuto de território federal, fundado em 1943. Primeiro como território federal do Rio Branco até 1962, depois como território federal de Roraima até 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal.

Em 1990, Roraima realizou sua primeira eleição para o preenchimento dos cargos do Poder Executivo e do

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é abordar a dinâmica da competição eleitoral e da representação partidária na Assembleia Legislativa do estado de Roraima no período de 1990 a 2018. Como unidade

¹ O PIB de Roraima, em 2019, correspondeu a R\$14 bilhões, e cerca de 80% são de recursos transferidos pela União (FÉLIX, 2020; SANTOS, H., 2011).

Legislativo. Como afirma Gama Neto (2022, p. 123-124), “foi uma eleição” politicamente “bastante disputada, tendo como três principais adversários ao cargo de governador, os ex-interventores federais Otomar Pinto/PTB (43,21%), Romero Jucá/PDS (35,65%) e Getúlio Cruz/PSDB (13,38%)”. No segundo turno, a vitória coube a Otomar de Souza Pinto, com 52,9%.

Transcorrida a eleição, no dia 1º de janeiro de 1991, na ocasião da posse dos primeiros deputados estaduais, inicia-se a atuação da Assembleia Legislativa de Roraima, com o total de 24 parlamentares. Desse total, em relação à distribuição das cadeiras, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) obteve seis cadeiras, seguido pelo Partido da Frente Liberal (PFL) com cinco, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Partido Democrático Social (PDS) com três, Partido Liberal (PL) com duas, Partido Social Cristão (PSC) e Partido Trabalhista Renovador (PTR) cada um com uma cadeira.

O período tratado na análise abrange, em certa medida, a própria trajetória de consolidação da Assembleia Legislativa de Roraima, que completou 30 anos de existência em 2021. Decorrido o tempo, em nossa opinião, Roraima já merecia ter um conjunto de estudos explicativos da sua trajetória política, incluindo um recorte analítico sobre o processo de institucionalização do sistema partidário e das instâncias de representação política estadual.

O estudo proposto, além de contribuir com o entendimento sobre a política local de Roraima, chama a atenção para a escassez de estudos sobre sistema partidário, eleições e representação política no âmbito subnacional, visto que a tendência da maioria dos estudos sobre partidos, eleições e representação tem tido como foco a presidência da República e o Congresso Nacional.

De acordo com Tomio e Ricci (2012, p. 193-194):

O estudo das instituições representativas brasileiras tem levantado o interesse de pesquisadores de várias áreas. O Congresso Nacional é, hoje, sem sombra de dúvida, uma das instituições mais estudadas pelos cientistas políticos. Iniciou-se um processo de investigação que levou vários analistas, nacionais e estrangeiros, a estudá-lo sob ópticas diferentes e a partir de perspectivas teóricas às vezes contrapostas. Tudo considerado, porém, não há como escapar da seguinte constatação: pouco foi feito para o estudo das instituições representativas no âmbito subnacional. O interesse diversificado que encontramos na literatura especializada no que tange ao exame do Congresso Nacional, sobretudo da Câmara dos Deputados, ficou restrito a esse âmbito, manifestando, assim, um claro desvio de atenção para a compreensão das instituições de nível estadual e municipal.

André Borges ressalta a importância também dos estudos subnacionais para entender a relação e o papel entre a dinâmica eleitoral e a formulação e implementação de políticas públicas. “Na medida em que as pesquisas vêm enfocando majoritariamente o Congresso, ainda sabemos pouco sobre a conexão eleitoral das políticas públicas na

esfera subnacional e menos ainda sobre os processos de competição vertical entre os governos central e subnacionais” (BORGES, 2010, p. 122).

Nesse sentido, uma das justificativas para a realização deste estudo é a potencial contribuição para melhor compreender a dinâmica do quadro político da Assembleia Legislativa, identificando particularidades e tendências. Os dados utilizados referem-se aos resultados das eleições para deputado estadual no período de 1990-2018. A análise compreende um total de 99 deputados e deputadas eleitos ao longo das oito legislaturas do período. Dessa soma, convém destacar que 55,6%, até 2018, tiveram nas urnas seu nome sufragado apenas uma vez. Os demais se tornaram veteranos, ocupando o cargo de representação proporcional por dois ou mais mandatos legislativos (SANTOS, 2022a).

Assim, primeiro apresentamos as características e a composição do eleitorado de Roraima, destacando a sua expansão e o seu comparecimento às urnas. Em seguida, tratamos do sistema partidário estadual com ênfase no nível de representatividade dos partidos na Assembleia Legislativa. Na sequência, analisamos o grau da dispersão de poder político entre os competidores.

Composição eleitoral de Roraima: expansão e comparecimento às urnas (1990-2018)

Roraima tem o menor colégio eleitoral do Brasil. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de dezembro de 2021, o estado tem apenas 345.641 eleitores. Ao longo do tempo, foi registrando avanço progressivo no número de pessoas aptas a votar. Na sua primeira eleição, realizada em 1990, o registro total de eleitores foi de 86.226 pessoas. Na eleição de 1998, esse número foi quase o dobro: 170.620 pessoas. Na eleição de 2002, o colégio eleitoral estadual superou o patamar de 200 mil, com 208.524 eleitores. Em 2006, teve aumento de cerca de 25 mil eleitores, e em 2010, incorporou mais 38 mil. Na eleição de 2014, o registro total de eleitores de Roraima foi de 299.411, e na eleição de 2018, o eleitorado estadual chegou a ultrapassar a faixa dos 330 mil, totalizando 333.153 pessoas, com direito de manifestar o voto nas opções dadas pelo sistema político estadual. O Gráfico 1 descreve o número de eleitores de Roraima nas décadas de 1990, 2000 e 2010.

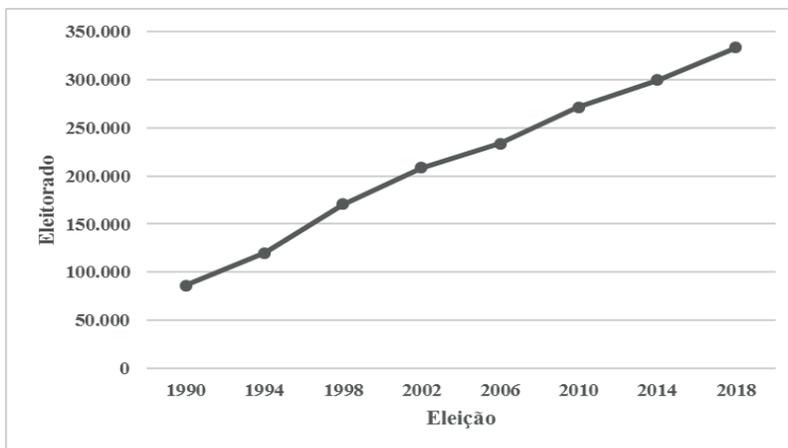


Gráfico 1 – Número de eleitores de Roraima, 1990-2018

Fonte: TSE.

Como afirma Santos (2022b), a expansão do colégio eleitoral de Roraima não foi ocasionada apenas pelo aumento vegetativo da população nativa. É também resultado da entrada, no subsistema político, de um fluxo migratório que começou a chegar ao estado nos anos 1990,² principalmente vindo de municípios do interior do Nordeste e da Região Norte – unidades federativas do Pará e Amazonas. O IBGE, entre os censos demográficos de 1991 e 2000, registrou um aumento relativo de população não natural residente no estado de Roraima de 69%³ e uma taxa média geométrica de crescimento populacional anual de 4,58 (Tabela 1). Nesse período, a taxa média geométrica registrada por Roraima, entre os estados da Região Norte do país, só não foi maior do que a do Amapá, que registrou 5,77. Em relação ao período intercensitário posterior, entre 2000 e 2010, a taxa média geométrica populacional de Roraima, de 3,34, foi, novamente, a segunda mais elevada da Região Norte, embora tenha registrado, como nos demais estados nortistas e no país, um ritmo de crescimento menor. Na comparação com a taxa média brasileira, de 1,64 entre 1991 e 2000, e de 1,17 entre 2000 e 2010, o crescimento anual total do estado de Roraima, no período, foi quase três vezes maior que a média nacional (IBGE, 2011a).

2 Registra-se também que, na fase do território, Roraima sofreu aumento do fluxo migratório, principalmente com a entrada de garimpeiros na década de 1980 e com a chegada de pequenos agricultores inseridos na política de integração e colonização rural da Amazônia, executada pelos governos militares (BARBOSA, 1993; NOGUEIRA; VERAS; SOUZA, 2013).

3 Em números absolutos, o total de migrantes em Roraima passou de 88.805 pessoas em 1991 para 150.101 pessoas em 2000 (SILVA; LACERDA; DINIZ, 2012).

Unidades Territoriais	Taxa média geométrica de crescimento anual	
	1991/2000	2000/2010
Brasil	1,64	1,17
Região Norte	2,86	2,09
Rondônia	2,24	1,25
Acre	3,29	2,78
Amazonas	3,31	2,16
Roraima	4,58	3,34
Pará	2,54	2,04
Amapá	5,77	3,45
Tocantins	2,61	1,80

Tabela 1 – Crescimento populacional do país e dos estados da Região Norte, 1991-2010

Fonte: IBGE (2011a); Santos (2022b).

A Tabela 2 mostra a evolução da população de Roraima nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Percebe-se que, nesses quase vinte anos de contagem oficial, a população do estado de Roraima mais que dobrou de tamanho: passou de 215.950 habitantes em 1991 para 450.479 habitantes em 2010. Pela variação dos números, observa-se, também, o predomínio populacional da capital, Boa Vista, sobre o interior do estado, embora a taxa relativa de habitantes da capital tenha sofrido um pequeno decréscimo no período. No censo de 1991, na capital, viviam 66,2% (142.902 pessoas) dos residentes em Roraima, e no interior, 33,8% (73.048 pessoas). Na contagem de 2010, o IBGE registrou 63,1% (284.313 pessoas) para a capital e 36,9% (166.166 pessoas) para o interior. Os municípios do interior do estado de Roraima são, quase todos, pequenas cidades;⁴ algumas com menos de dez mil habitantes e população predominantemente indígena, como é o caso dos municípios do Uiramutã e Normandia, situados nos limites do Brasil com Guiana e Venezuela.⁵

Ano	População				
	Estado	Capital		Interior	
		N.º	%	N.º	%
1991	215.950	142.902	66,2	73.048	33,8
2000	324.152	200.383	61,8	123.769	38,2
2010	450.479	284.313	63,1	166.166	36,9

Tabela 2 – Evolução da população de Roraima, total, capital e interior, 1991-2010

Fonte: IBGE (2011b); Oliveira e Costa (2018).

4 Estamos considerando pequenos municípios os que registraram menos de 20 mil habitantes na contagem do IBGE no censo 2010.

5 O município do Uiramutã, distante 316 km da capital, está na divisa do Brasil com Guiana e Venezuela, e o de Normandia, a 187 km de Boa Vista, com Guiana.

A forma como o processo migratório ocorreu em Roraima teve impacto na formatação e na dinâmica do sistema partidário estadual. A chegada de muitos nordestinos e de nortistas –sobretudo movida pela propaganda do primeiro governador eleito de Roraima, o pernambucano Ottomar de Souza Pinto (PTB), que afirmava ser Roraima uma terra de muitas oportunidades – teve o estímulo ampliado por políticos locais, que, em exercício dos cargos do Executivo e do Legislativo, buscaram atrair público em condições de vulnerabilidade social para fortalecer suas bases de sustentação eleitoral. *A Folha de S. Paulo*, em 23 de outubro de 1994, ao divulgar, nas eleições daquele ano, a importação de eleitores para o estado de Roraima, deu visibilidade à história de alguns eleitores vindos do Nordeste, que ganharam passagem e tiveram a promessa do governo estadual de recebimento de lotes urbanos ou rurais para fixar sua família (SÁ, 1994). Ao tratar dessa questão, Barbosa (1993) fez o seguinte comentário:

Na esperança da oportunidade de receber um lote de terra agrícola, os novos migrantes ficam a mercê da política paternalista do governo local. Esta política é vultuosamente continuada com a distribuição de cestas básicas de alimentação e de lotes urbanos na periferia da capital, Boa Vista, para onde geralmente se dirigem, inicialmente, os recém-chegados. Esta forma paterna de relaxamento das tensões sociais na periferia, obviamente não negada pela população descapitalizada que ali se encontra, tem como efeito instantâneo o aumento drástico do cinturão de pobreza em volta da cidade, pois apenas uma parcela dos migrantes consegue ser atendida de imediato (BARBOSA, 1993, p. 190).

Nesse processo migratório, consta que a maior parte das famílias migrantes apresentava baixo grau de escolaridade, e os chefes de família com poucas condições de ocupar determinadas vagas de emprego ou mesmo para fazer concurso público a fim de preencher vagas da burocracia dos municípios e do estado, ainda em processo de formação. Entre 2001 e 2003, um diagnóstico socioeconômico, realizado pela equipe da Prefeitura de Boa Vista em 84% dos bairros da cidade, identificou que, dos 41.012 chefes de família entrevistados, cerca de 30 mil eram migrantes, e, nesse subconjunto, 65,9% sem nenhuma estabilidade econômica. A força de trabalho era ocupada em atividades informais: autônomo sem registro, emprego sem registro, camelô, “bico” ou desempregado em condições de pobreza e miséria (VALE, 2006). Nesse cenário, tornava-se mais fácil incorporar, ao subsistema político estadual, os chefes de família e seus dependentes pela prática do clientelismo.

A falta de maior escolaridade e qualificação profissional de muitos residentes no estado, seja ele natural, seja migrante, vai também refletir no perfil de formação do eleitorado. Pela distribuição do eleitorado roraimense por grau de instrução, é possível verificar na Tabela 3 o peso, ao longo das décadas 2000 e 2010, dos eleitores menos escolarizados na decisão do voto. Os dados da tabela mostram que, na eleição de 2002, a proporção dos eleitores com ensino fundamental incompleto foi de 36,8%, que, somada à dos eleitores que apenas leem e escrevem, e à dos analfabetos, aqui enquadrados juntos para efeito de

análise na mesma categoria, totalizou 63,1% do colégio eleitoral. Enquanto isso, as taxas de eleitores do estado com ensino médio completo e com formação superior completa foram bem inferiores, respectivamente 9,9% e 2,2%. Mesmo apresentando uma redução progressiva de 34 pontos percentuais ao longo do período, a faixa somada dos eleitores com baixo grau de instrução continuou a registrar o mais alto índice de concentração de votos até 2014.

Na eleição de 2014, houve uma mudança sensível no perfil do eleitorado do estado quando o número de eleitores com ensino médio completo cresceu 10,7 pontos percentuais, tornando-se, individualmente, a maior fatia do eleitorado, com 25,2% (75.592 eleitores). Em 2018, o peso eleitoral dos que já tinham ensino médio completo foi ainda maior, 29,2%. Em relação aos percentuais dos eleitores com menor grau de escolaridade, o registro total de 2018 foi de 9,3% de votantes analfabetos, os que leem e escrevem; e 19,8% de votantes com ensino fundamental incompleto.

Eleição	Analfabetos/Leem e escrevem		Ensino Fundamental incompleto		Ensino Médio completo		Ensino Superior completo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2002	54.770	26,3	76.714	36,8	20.716	9,9	4.664	2,2
2006	51.356	22,0	79.742	34,2	28.551	12,3	5.810	2,5
2010	49.956	18,4	86.011	31,6	39.397	14,5	8.180	3,0
2014	37.853	12,6	70.650	23,6	75.592	25,2	29.115	9,7
2018	30.990	9,3	66.013	19,8	97.440	29,2	37.527	11,3

Tabela 3 – Grau de instrução do eleitorado roraimense, 2002-2018

Fonte: TSE.

Dados não disponíveis no TSE e TRE-RR para 1998.

Na Tabela 3, merece ainda observar o avanço progressivo do percentual de eleitores que já concluíram a graduação, ultrapassando, no período, a faixa dos 10%. Caso esse aumento continue, talvez possa representar em médio prazo uma mudança de atitude no comportamento de muitos eleitores roraimenses, que, com maior discernimento em educação formal e possibilidades econômicas, poderão fazer suas escolhas políticas baseadas em valores menos clientelísticos (SANTOS, 1999).

Sobre as variáveis de participação, a Tabela 4 exibe os níveis de comparecimento e de abstenção nas eleições do estado realizadas entre 1998 e 2018. Pela presença do público nas seções de votação, há indicação de que o subsistema eleitoral tem sua credibilidade em termos de participação eleitoral. O que é bastante positivo para fortalecer os graus de competição entre partidos e entre candidatos, além de, pelo resultado eleitoral da manifestação de voto nominal, reforçar o princípio de autoridade legitimada que está contida na ideia de representação, competência e responsabilidade dos partidos no cumprimento dos processos decisórios da democracia (PITKIN, 1972).

Eleição	Comparecimento		Abstenção	
	N.º	%	N.º	%
1998	133.723	78,4	36.897	21,6
2002	175.211	84,0	33.313	16,0
2006	199.239	85,3	34.357	14,7
2010	233.616	86,0	37.980	14,0
2014	262.194	87,6	37.217	12,4
2018	286.754	86,1	46.399	13,9

Tabela 4 – Comparecimento e abstenção eleitoral em Roraima, 1998-2018

Fonte: TSE.

No pleito de 1998, aproximadamente quatro em cada cinco eleitores do estado compareceram às seções eleitorais. O percentual de votantes totalizou 78,4%. Em número absoluto, a participação dos eleitores roraimenses na eleição de 1998 foi de 133.723 pessoas. Na contramão, deixaram de comparecer às urnas 21,6%, correspondendo à ausência de 36.897 pessoas. Em 2002, a proporção dos que foram ao local de votação atingiu 84%, com o número de faltosos caindo 5,6 pontos percentuais. Na eleição subsequente, nota-se substancial redução no ritmo de crescimento do número de votantes, dando sinais de que a participação eleitoral no estado já caminhava, no período, para ser relativamente estável. Em 2006, a taxa de crescimento dos eleitores participantes no processo eleitoral foi de apenas 1,3 ponto.

Em 2010, o número quase não obteve variação, o aumento foi tão somente 0,7 ponto. Em 2014, cresceu 1,6 ponto, atingindo, no período, a maior taxa: 87,6%. O índice de abstenção recuou para 12,4%. Em 2018, embora a taxa de abstenção do estado de Roraima tenha variado para 13,9%, atenuando tendência de queda progressiva, foi a menor do país em comparação com a média brasileira, de 20,3%, e também as taxas registradas pelos demais estados da Federação – ver em André Paixão (2018) a descrição detalhada dos índices de abstenção por região e por estado brasileiro nas eleições de 2018.

A Tabela 5 mostra, no período, a variação dos percentuais de votos válidos, em branco e nulos das eleições legislativas para deputado estadual e deputado federal. De modo geral, não se verificam grandes alterações no quadro de comportamento dos eleitores roraimenses. Na descrição dos votos válidos, a taxa média de ambos os cargos ficou acima de 90%, com o cálculo perfazendo o total de 95,4% na eleição para deputado estadual e 94,5% na eleição para deputado estadual.

Votos	Deputado Federal						Deputado Estadual					
	1998	2002	2006	2010	2014	2018	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Válidos	94,4	96,4	95,8	95,3	90,7	94,4	96,3	97,5	94,4	96,2	94,5	93,3
Em branco	2,5	1,9	2,4	1,8	3,1	2,2	1,8	1,1	1,4	1,1	1,5	1,4
Nulos	3,1	1,7	1,8	2,9	6,2	3,4	1,9	1,4	4,2	2,7	4,1	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 5 – Votos válidos, em branco e nulos nas eleições para deputado federal e deputado estadual, Roraima, 1998-2018 (%)

Fonte: TSE.

Para todo o período, observa-se, na tabela, proximidade entre as taxas dos dois níveis eleitorais. A diferença maior foi somente em 2014, quando os votos válidos para a Assembleia Legislativa foram 3,8 pontos percentuais mais altos do que os registrados para a Câmara dos Deputados. Um aspecto que pode influenciar nessa similitude de votos são as campanhas eleitorais feitas pelos candidatos que, concorrendo aos cargos da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, pelo mesmo partido ou partidos aliados e, às vezes, por partidos em competição eleitoral, estabelecem dobradinha para conquistar no mesmo distrito ou circunscrição o voto casado dos eleitores.

Em relação às taxas de votos em branco e nulos computadas no período, os dados da tabela mostram pouca variação e também baixa densidade. A taxa média de votos em branco para deputado estadual foi de apenas 1,4% e de 2,3% para deputado federal. Nos votos nulos, o percentual médio registrado no período foi em torno de 3% para os dois cargos, discrepância apenas em 2014, de 6,2% para o da Câmara dos Deputados e, em 2018, de 5,3% para o da Assembleia Legislativa, sem que isso configure tendência.

Desempenho e representação partidária nas eleições para a Assembleia Legislativa de Roraima (1990-2018)

Nesta seção, apresentamos o processo de composição do sistema partidário estadual por meio da análise do desempenho eleitoral e da representação política no Legislativo estadual. A Tabela 6 mostra que 41 partidos apresentaram candidatos às eleições para a Assembleia Legislativa do estado entre 1990 e 2018. Pelos resultados eleitorais, com extinção e renomeação de siglas no período, 56,1% das legendas conseguiram obter 5% ou mais de votos, e 73,2% conseguiram eleger representantes legislativos. Os dados da tabela indicam, ainda, crescimento da fragmentação parlamentar, com o avanço no número de partidos com maior percentual de votos, aumentando a incerteza das siglas partidárias quanto aos resultados das eleições.

Partidos	1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C			V	C	V	C
PMDB/ MDB	5,4		2,5	5,9	10,3	12,5	6,4	4,2	6,6	8,3	3,8	4,2	6,3	12,5	6,7	8,3
PDS/PPR/PPB/PP	9,7	12,5	19,4	23,5	18,3	20,8	4,2	4,2	0,7		7,4	4,2	4,8	4,2	3,9	4,2
PTB	23,5	25,0	30,3	29,3	9,2	8,3	5,4	8,3	6,3		1,5		0,2		4,3	4,1
PFL/DEM	7,0	20,8	11,1	5,9	8,3	16,7	9,0	8,3	9,0	12,5	6,9	12,5	0,7		0,4	
PSDB	13,1	12,5	6,7	11,8	10,5	4,2	11,0	12,5	11,3	16,7	8,3	8,3	4,6	4,2	2,0	
PL/PR	15,2	8,3	2,7		1,1		1,1		9,8	12,5	9,0	8,3	1,7		2,3	
PT	2,7		1,9		2,1		2,1	4,2	2,8		2,3		2,6	4,2	1,3	4,2
PDT	2,8		4,7		18,3	20,8	5,6	4,2	5,2	4,2	3,0	4,2	4,1	4,2	0,1	
PSC	2,8	4,2	8,3	11,8	0,2		0,4		3,9	4,2	5,0	4,2	2,6	4,2	1,9	
PSB	0,5		1,0		0,6		2,4	4,2	2,7		3,8	8,3	4,8	4,2	4,0	4,2
PSD*	0,3		2,2	5,9	0,2		6,4	8,3								
PSD**													0,2		3,0	
PST	0,5				0,5		7,2	8,3								
PCdoB	0,4		0,0		0,3		0,2		0,3		1,4	4,2	6,9	4,2	2,6	4,2
PMN	1,3		1,5		0,0		0,9				2,0	4,2	2,3			
PSL					15,4	16,7	8,2	12,5			9,0	8,3	4,0	8,3	4,1	
PPS			0,4		0,6		3,9	4,2	6,0	8,3	4,7	8,3	4,2	4,2	2,2	4,2
PRP			2,6		0,3		2,7	4,2	4,2	4,2	2,5		8,3	8,3	1,8	4,2
PRTB					0,4		2,9		5,8	8,3	6,5	4,2	3,7	4,2	4,5	8,3
PHS							1,0		2,1		3,5		2,0		0,7	
PGT					0,1		2,3									
PTR/PP	4,7	4,2	4,6	5,9												
PSDC/DC							4,2		1,9		2,0	4,1	5,1	8,2	1,7	
PAN					0,7		4,2	4,1	0,5							
PTN/Pode					0,6		3,2	8,3	6,4	8,3	1,7		1,9		3,4	4,2

Tabela 6 – Resultado eleitoral e distribuição da representação parlamentar por partido na Assembleia Legislativa - Roraima, 1990-2018

(continua)

(conclusão)

Partidos	1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	V	C	V	C	V	C	V	C	V	C			V	C	V	C
PRN/PTC	8,0	12,5	0,0				0,3		1,5	4,1	1,1	4,1	0,9		8,7	8,3
PCO							0,0									
PRB									1,7		8,0	4,1	11,3	12,5	9,1	12,5
PSOL									0,4		0,1		0,7		0,3	
PV			0,1						5,9	4,2	6,4	4,2	3,5	4,2	6,5	4,2
PROS													3,3	4,1	1,0	
PEN/Patri													3,1	4,1	3,6	8,3
PTdoB/Avante					2,0		1,2		0,9				3,5		0,3	
PPL													1,2		2,7	
SD													1,5		9,5	12,5
PSTU													0,0			
REDE															1,6	
PMB															5,5	4,1
PDC	2,4															
PCB															0,3	
Prona							3,6		4,1	4,2						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 6 – Resultado eleitoral e distribuição da representação parlamentar por partido na Assembleia Legislativa – Roraima, 1990-2018

Fonte: Nicolau (1998); Santos (2022b).

* Extinto em 2003. ** Criado em 2011.

No desempenho das legendas, nenhum dos partidos conseguiu eleger deputados estaduais em todas as legislaturas, explicitando a experiência regional, desigual, de institucionalização dos partidos brasileiros (LIMA JÚNIOR, 1983; 1997). O PMDB/ MDB não conseguiu fazer parte da primeira legislatura; registrou média de votos no período de 6%, com desempenho pouco satisfatório em dois momentos: na eleição de 1994, quando obteve 2,5% de votos, e dezesseis anos depois, na eleição de 2010, quando recebeu dos eleitores 3,8%. Mesmo com o descenso de votos registrado nessas duas eleições, o PMDB/ MDB conseguiu assegurar uma das cadeiras do Legislativo estadual no cálculo de distribuição partidária do TSE.

Na variação do PDS, PPR, PPB e PP, observa-se, na Tabela 6, que a legenda até o fim da década de 1990 foi uma das mais votadas. Em 1998, com a mesma densidade eleitoral do PDT, conseguiu obter taxa de votos de 18,3%. Depois disso, o partido enfraqueceu seu destino no jogo de competição partidária, não sendo mais capaz de organizar a competição política, a ponto de, em 2006, ter somente 0,7% de votos e nenhuma cadeira adquirida das 24 disputadas. Nas duas últimas eleições do período 1990-2018, a votação do PDS, PPR, PPB e PP ficou concentrada em torno de 4% de votos e de cadeiras.

O PTB também foi uma das legendas com mais força eleitoral nos anos 1990. Nas eleições de 1990 e 1994, o partido recebeu dos eleitores do estado, respectivamente, 23,5% e 30,3% de votos, que, na mecânica de conversão das cadeiras, deram a ele o controle na eleição de 1990 de 25% da representação proporcional e de 29,3% em 1994. Nenhum partido, até 2018, conseguiu a proeza de ter adquirido, em uma única eleição para a Assembleia, a mesma ou maior proporção de votos e de cadeiras. Todavia, pelo crescimento da competição eleitoral na década de 2000 e pela desfiliação de líderes importantes do partido, como a do ex-governador Ottomar de Souza Pinto, que migrou para o PSDB em 2005,⁶ o PTB roraimense acumulou perdas eleitorais e entrou em crise, não elegendo representantes para o Legislativo estadual entre as eleições de 2006 e 2014. Em 2018, o partido conseguiu obter uma cadeira.

Já o Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM), na clivagem eleitoral estadual, manteve sua importância de mais de 5% de votos até o escrutínio de 2010. Nos sufrágios de 2014 e 2018, seu desempenho despencou; registrou votação de microlegenda, com percentuais ínfimos de 0,7% e 0,4% de votos respectivamente. Diante disso, o PFL/DEM, na esfera de representação proporcional, deixou de competir pela distribuição das cadeiras do Legislativo estadual; e pelo baixo desempenho obtido nas duas últimas eleições, acabou contribuindo para aumentar a dispersão do poder político no estado.

Na votação do PSDB, apesar da variação ocorrida no subsistema político, o partido

6 Ottomar Pinto foi um dos mais importantes políticos de Roraima no século 20 e no início do século 21. Na sua trajetória política, governou o território federal de Roraima entre 1979 e 1983. Foi o primeiro governador eleito do estado em 1990, prefeito de Boa Vista entre 1997-2000; novamente governador estadual entre 2004-2006 e reeleito para o terceiro mandato de governador em 2006. Ottomar Pinto, aos 76 anos, faleceu no exercício do mandato em 11 de dezembro de 2007, vítima de parada cardiorrespiratória.

esteve até a sétima legislatura entre as legendas que obtiveram êxito nos resultados eleitorais. Não obstante, em 2018, pelo seu fraco desempenho nas urnas, apenas 2% de votos, o PSDB ficou fora da composição partidária do Legislativo estadual.

Quanto à participação de outras legendas no jogo de competição, destaca-se o declínio longitudinal do PDT, que, em 1998, obteve boa votação, 18,3% de votos e 20,8% de cadeiras, mas acabou o período analisado com apenas 0,1% de votos. Outro partido que oscilou e teve queda abrupta em seu desempenho eleitoral foi o PL/PR. Em 1990, o PL/PR (hoje, novamente PL) conquistou 15,2% de votos e 8,3% de cadeiras. Em 1994, caiu para 2,7% e para 1,1% de votos nas eleições de 1998 e 2002 sem, contudo, eleger bancada. Em 2006, o partido voltou a ter força política com 9,8% de votos e 12,5% de cadeiras; e já como PR, no fim de 2006, depois de se unir ao Prona, manteve elevada sua magnitude em 2010, com 9% de votos e 8,3% de cadeiras. Em 2014 e em 2018, a sigla perdeu novamente densidade eleitoral, registrando votação inexpressiva de 1,7% e 2,3% de votos, respectivamente.

O PSL foi outra legenda que sofreu queda eleitoral no período. Iniciou sua trajetória nas eleições da Assembleia Legislativa em 1998, adquirindo 15,4% de votos e 16,7% de cadeiras. Na última eleição, realizada em 2018, apesar da “onda” em torno da candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República pelo partido, teve apenas 4,1% de votos, que não foram suficientes, pelo cálculo do TSE, para ele eleger, ao menos, um representante para a Assembleia Legislativa do estado. Dito de outra forma, os votos de Roraima dados a Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2018, 62,9%, não tiveram maior influência na votação do PSL para o Legislativo estadual.⁷

Na Tabela 6, nota-se, ainda, o avanço de partidos menores, principalmente com a pulverização da relação entre vaga e partido inicialmente ocorrida em 2002, quando o número de partidos com representação na Assembleia Legislativa de Roraima mais do que dobrou de tamanho em relação ao pleito anterior. Os dados da tabela mostram que, na evolução do subsistema político estadual, parte dos pequenos partidos foi adquirindo robustez na contramão das legendas principais, com maior poder de organização nacionalmente. Foi o caso do PPS (hoje, Cidadania), PV e PRTB, que adquiriram e souberam manter durante o período suas representações na Assembleia Legislativa. Igualmente, foi o caso do PRB (hoje, Republicanos), que, pelo percentual de votos obtidos a partir de 2010 – 8% nessa eleição –, passou a ter força política competitiva; o que contribuiu para ampliar, no jogo de disputa eleitoral, a tão já elevada descentralização partidária no estado.

Ressaltamos, ainda, que, como a Assembleia Legislativa de Roraima é um distrito de magnitude eleitoral de 24 vagas, pelo seu tamanho, acaba facilitando para um número maior de contendores adquirir representação proporcional.

7 No primeiro turno da eleição para presidente da República em 2018, Jair Bolsonaro teve em Roraima, proporcionalmente, a segunda maior votação entre os estados brasileiros. A primeira foi em Santa Catarina, com 65,6%. Nessa eleição, Fernando Haddad, do PT, conseguiu em Roraima 17,8%; Geraldo Alckmin do PSDB, 6,9%; e Ciro Gomes do PDT, 5,3%.

Por último, observa-se na tabela a votação residual do PT, que, diferentemente do comportamento eleitoral em outras unidades federativas e no país, nunca foi capaz de organizar a competição partidária nas eleições proporcionais do estado. No período, com percentual médio de votos de apenas 2,2%, na Assembleia Legislativa, o PT só conseguiu fazer bancada de um deputado, eleito em 2002, 2014 e 2018.

Na divisão ideológica dos partidos na Assembleia Legislativa, as siglas de direita somaram mais cadeiras do que os partidos de centro e de esquerda.⁸ O Gráfico 2 mostra que, em todas as legislaturas do período, houve a predominância do conjunto delas na competição partidária com percentuais acima de 50%.⁹

O centro, em termos proporcionais, não cresceu e ainda perdeu espaço de representação política para a direita em 2018 e para a esquerda em 2010 e 2018. Quanto à participação da esquerda, que só começou a ocupar cadeiras da Assembleia na terceira legislatura, com a votação adquirida pelo PDT, restou disputar com o centro a segunda posição. Em 2010, a esquerda conseguiu seu melhor resultado. Foi quando o bloco de partidos, PDT, PSB, PCdoB, PPS, e sem a participação do PT – que na eleição anterior perdeu o mandato adquirido em 2002 –, conseguiu controlar cerca de 30% das cadeiras do Legislativo.

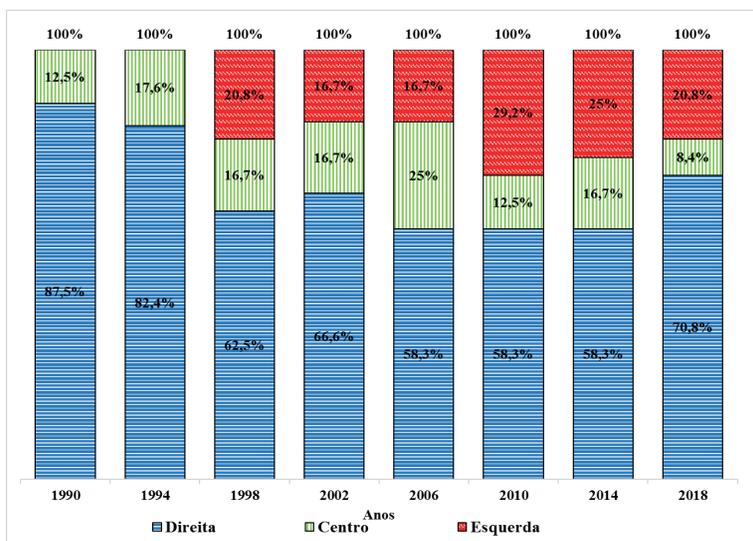


Gráfico 2 – Composição ideológica partidária da Assembleia Legislativa de Roraima, 1990-2018

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

⁸ A distribuição dos partidos roraimenses em um contínuo ideológico seguiu a classificação definida por Krause, Dantas e Miguel (2010). Ressaltamos que a classificação proposta por esses autores tem como base a posição ideológica dos partidos no âmbito federal, mas nem sempre é seguida à risca nos estados e municípios. Todavia, na falta de parâmetros regionais que pudéssemos utilizar como modelo de análise, é razoável supor que o comportamento regional das legendas, pela sua estrutura de organização em diretórios estaduais e municipais, que obedecem, em geral, às decisões do diretório e da executiva nacional, guarde muitas semelhanças com o perfil dos partidos nacionalmente. Como partidos de direita, definiram-se: PDS/PPR/PPB/PP, PTB, PFL/DEM, PL/PR, PSC, PSD, PST, PMN, PSL, PRP, PRTB, PTR/PP, PSDC/DC, PRN/PTC, PAN, PTN/Pode, PRB, PRÓS, PEN/Patri, SD, PMB e Prona. Como partidos de centro: PSDB e PMDB; e como partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PV.

⁹ Agradecemos a Neider Devia Merchan pela elaboração dos gráficos.

Possivelmente, o quadro legislativo da Assembleia de maior destaque do bloco de partidos, ideologicamente posicionados à direita, possa ser explicado, em parte, pelo uso do clientelismo como estratégia dominante de aquisição de apoio eleitoral na política local. Roraima é um estado de economia fraca, que ainda depende de repasse de recursos da União para executar políticas públicas e para manter funcionando a máquina administrativa.¹⁰ Conforme Santos (1999, 2022a), pelo baixo desempenho econômico do estado, muitos eleitores, com pouca expectativa de conseguir emprego formal, são inseridos em máquinas clientelísticas de partidos e candidatos, “fidelizando” o apoio político como se fosse um negócio que devesse ser trocado por dinheiro, promessa de emprego na estrutura pública, cestas básicas e outros bens de incentivos seletivos privados.

Tendo em vista o combate a esse tipo de prática, o TRE-RR, em várias ocasiões, fez campanha de conscientização pelo voto ético no rádio e na televisão e entre o eleitorado jovem, uma forma de combater o abuso do poder econômico, valorizando as eleições como instrumento de cidadania (TRE-RR, 2014). Decerto, o clientelismo na política local não é muito diferente do que ocorre em outros lugares do país. Há de se considerar também – como fator explicativo para a configuração desse quadro partidário, de divisão ideológica mais à direita na Assembleia Legislativa de Roraima – a ausência local de mais organizações de classe trabalhadora e de movimentos sociais contestatórios que servem de atalhos para o voto dados à esquerda, com argumentos relacionados com a luta pela universalização de direitos e expansão da cidadania (SANTOS, 2022a).

Fragmentação e volatilidade nas eleições legislativas

Na análise de um sistema partidário, é sempre relevante observar qual o tamanho da dispersão de poder político entre os competidores. Utilizamos os índices de fracionalização¹¹ e número efetivo de partidos¹² para medir o grau de fragmentação partidária nas eleições para a Assembleia Legislativa. E o índice de volatilidade eleitoral para medir as mudanças ocorridas na preferência dos eleitores no período. Como medida comparativa, utilizamos os mesmos indicadores na descrição eleitoral para a Câmara dos Deputados.

O Gráfico 3 mostra quanto foram, ao longo do período, elevadas e crescentes as taxas de fragmentação partidária no subsistema político de Roraima. Na disputa para a Câmara, os índices médios de fracionalização eleitoral (F_e) e parlamentar (F_p) corresponderam a 0,85 e 0,81, respectivamente. Nota-se ainda que, no F_p da Câmara, o valor do índice atingiu o grau máximo de dispersão nas eleições de 2014 e 2018, quando, pelo cálculo do quociente partidário, os partidos vencedores receberam a mesma quantidade de cadeiras.

¹⁰ Em 2020, conforme foi demonstrado na nota 1, o PIB estadual foi de apenas 14 bilhões, correspondendo a 0,2% da economia nacional. Cerca de 80% dos recursos do PIB são de repasses anuais da União (cf. FÉLIX, 2020).

¹¹ O índice de fracionalização foi proposto por Douglas Rae (1967) e varia de 0 a 1, em que 0 significa ausência de fragmentação e 1, máxima fragmentação. Calcula-se da seguinte forma: $F=1-\sum V_i^2$, em que v é a proporção de votos (ou cadeiras) de cada partido (cf. NICOLAU, 1997).

¹² A medição do índice de partidos efetivos, desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979), é feita pelo cálculo: $N=1/\sum V_i^2$ em que v é a proporção de votos (ou cadeiras) de cada partido (cf. NICOLAU, 1997).

Foram oito partidos dividindo oito vagas de Roraima na Câmara Federal. Já na Assembleia Legislativa, o índice médio de Fe foi 0,90, e o de Fp , 0,86, configurando-se, no quadro geral, uma fragmentação média maior do que a registrada na Câmara durante o período analisado.

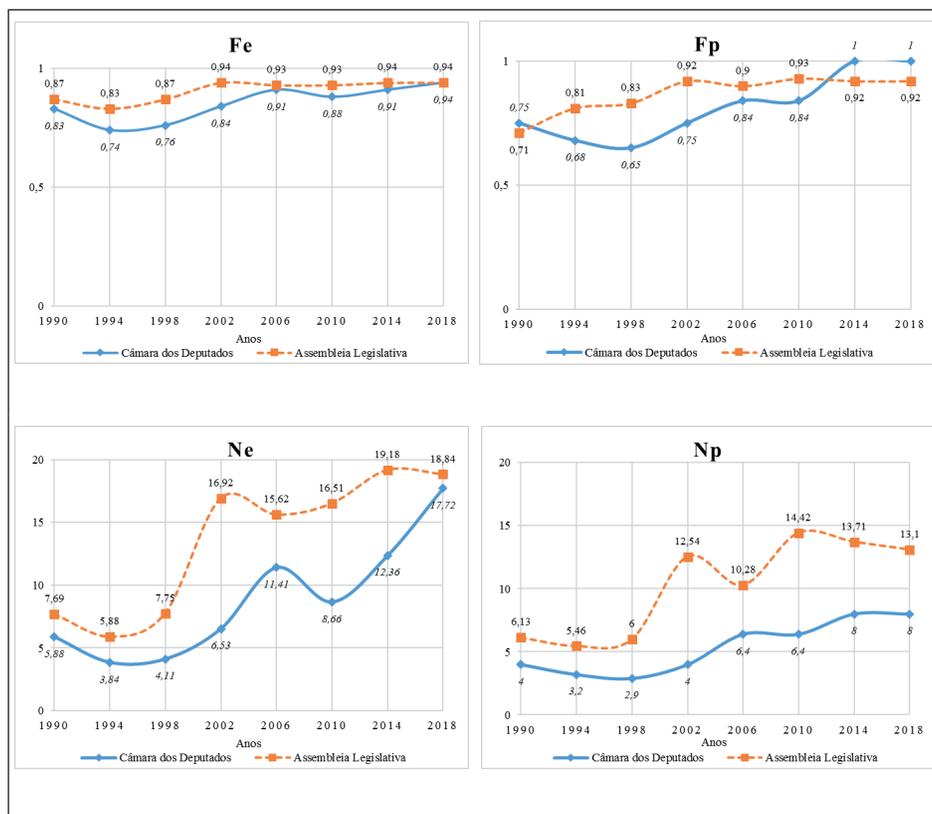


Gráfico 3 – Indicadores do subsistema partidário de Roraima – Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, 1990-2018

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau (1998) e Santos (2022).

Na variação do índice de partidos efetivos (N), também calculado em termos de votos e cadeiras, percebe-se mais claramente nos gráficos a evolução do multipartidarismo no estado. Com pouco recuo no período, o sentido da direção do cálculo do índice apontou para a alta fragmentação partidária, tanto nas eleições para a Câmara quanto nas eleições para a Assembleia. Entre a primeira e a última eleição do período, o Ne da Câmara subiu de cinco partidos em 1990 para 17 em 2018, e o Np dobrou de tamanho, de quatro para oito partidos. No caso da Assembleia, o avanço do Ne , no período analisado, foi de 11 partidos, com o número efetivo saltando de 7, em 1990, para 18 no ano de 2018; e na composição das cadeiras, o Np revelou avanço de seis para 13 partidos entre 1990 e 2018.

Quanto ao cálculo de volatilidade eleitoral,¹³ que mede as mudanças ocorridas na preferência partidária dos eleitores entre duas eleições consecutivas, percebe-se que ainda é grande o número de votantes do estado que escolhem votar em outra legenda na eleição seguinte (Gráfico 4), contribuindo para manter baixo o processo de cristalização dos partidos roraimenses.

Pela oscilação frequente e pelo crescimento do grau de volatilidade nas duas Casas Legislativas, de voto e cadeira, é possível afirmar que, nas últimas três décadas de vivência do multipartidarismo em Roraima, a dinâmica partidária ainda não ofereceu um padrão de estabilidade das preferências eleitorais, tornando o resultado das eleições menos previsível e, do mesmo modo, o destino dos partidos.

No Gráfico 4a, observa-se que a volatilidade total média das eleições para a Assembleia Legislativa foi de 37,4 pontos, e na Câmara (conforme já observado por Bohn; Paiva, 2009),¹⁴ o grau de instabilidade no subsistema partidário de Roraima foi mais elevado, com o registro de VT média em votos de 44,4 pontos. No Gráfico 4b, os dados mostram VT média de cadeiras de 45,1 pontos para a Assembleia e de 53,5 pontos para a Câmara dos Deputados. Figueiredo (1995, p. 187) afirma que “os sistemas partidários são institucionalizados quando a volatilidade eleitoral [...] for relativamente constante e baixa por um longo período”. O que é difícil ocorrer em sistemas partidários de representação proporcional de lista aberta, cujos eleitores não costumam fazer dos partidos atalhos para suas escolhas políticas e, ainda, quando políticos, mais facilmente, trocam de legenda para concorrer ao mesmo cargo nas eleições seguintes (cf. KINZO, 2005; MAINWARING, 1991; NICOLAU, 1998).

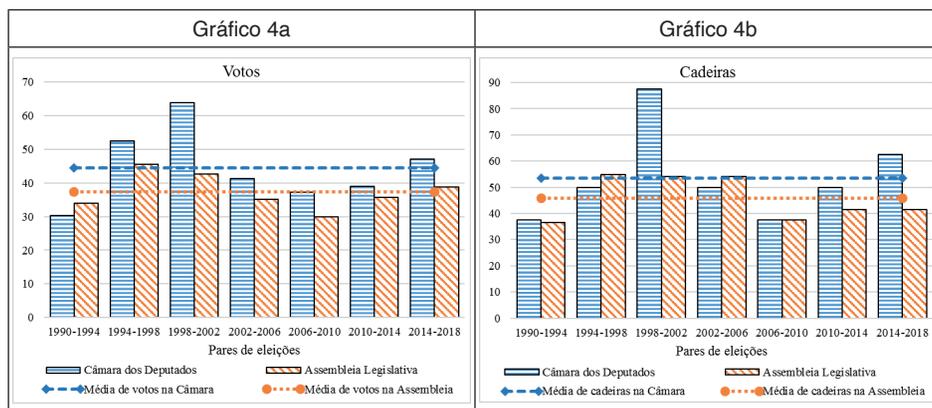


Gráfico 4 – Índice de volatilidade eleitoral de Roraima para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, 1998-2018

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau (1998) e Santos (2022).

13 A fórmula para calcular o índice de volatilidade de Pedersen (1983) é: $VT = \sum t_i / 2$, em que t_i é a eleição precedente e VT é o somatório das perdas e ganhos dos partidos entre as duas eleições dividido por dois (BARTOLINI; MAIR, 1990; FIGUEIREDO, 1995).

14 Entre 1982 e 2006, “Roraima [...] possui um eleitorado altamente instável nas eleições para Deputado Federal. [...] esse estado também apresentou grande e constante instabilidade nas eleições presidenciais” (BOHN; PAIVA, 2009, p. 199).

No caso brasileiro, analisando os índices de volatilidade eleitoral do Distrito Federal e dos estados para a Câmara dos Deputados entre 1982 e 2006, Peres, Ricci e Rennó (2011) consideram que as taxas de volatilidade encontradas no período sofreram influência de variáveis políticas, como alteração no número efetivo de partidos e a troca de legendas feitas pelos políticos.¹⁵ Na descrição da dinâmica do sistema partidário de Roraima entre 1990 e 2002, Santos (2006) mostra que a proporção de candidatos que concorreram ao cargo de deputado estadual trocando de legenda, no período 1994-1998, foi de 81,1% e de 68,8% no período 1998-2002. Nos dois últimos pares de eleições, 2010-2014 e 2014-2018, a taxa encontrada por Santos (2022a) foi de 60,7% e 64,7% respectivamente.¹⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, verificamos que, apesar do colégio eleitoral de Roraima ser o menor do país, ocorreu um avanço do eleitorado no estado marcado pela forte presença de eleitores migrantes em sua composição; também, o peso e o declínio progressivo das taxas de eleitores com os mais baixos níveis de escolaridade. Quanto à participação nas eleições, a proporção de votos válidos foi bastante elevada e as taxas de votos em branco e nulos foram relativamente baixas.

Em relação à competição eleitoral e à representação partidária em Roraima, averiguamos a evolução do sistema partidário estadual pelos resultados das eleições para a Assembleia Legislativa. No período 1990-2018, vimos que, com o aumento da fragmentação partidária, partidos importantes do cenário político nacional perderam no estado densidade ao longo do tempo. PDS/PPR/PPB/PP, PSDB, PFL/DEM, PL/PR e PTB, inicialmente fortes, eleitoralmente, encerraram o período com pouca ou nenhuma representação política. Ao contrário deles, partidos menores como PRB, PRTB e PPS avançaram no período e adquiriram cadeiras na Assembleia Legislativa.

Na avaliação ideológica do subsistema, a pesquisa mostrou que, no conjunto das eleições realizadas, siglas à direita obtiveram mais cadeiras do que partidos de centro e de esquerda. Esse último bloco só elegeu representantes a partir de 1998, com o desempenho eleitoral do PDT, um dos partidos mais votados nessa eleição.

Nos indicadores do subsistema, observamos o crescimento do número efetivo de partidos, que dobrou de tamanho, e da volatilidade eleitoral, configurando-se em um quadro de mais incertezas para as siglas partidárias quanto aos resultados das eleições. Pelo cálculo do índice de volatilidade, é grande ainda o número de eleitores roraimenses que preferem trocar de legenda entre uma eleição e outra.

15 O estudo da volatilidade eleitoral no Brasil tem despertado o interesse de muitos pesquisadores brasileiros. Destacamos, entre outros, os trabalhos de Arquer (2018); Bohn; Paiva (2009); Figueiredo (1995); Nicolau (1998) e Peres; Ricci; Rennó (2011).

16 Agradecemos a Jeferson França e Simone Lucas pela colaboração na coleta e no processamento dos dados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. **Identity, competition, and electoral availability**: the stabilisation of European electorates, 1985-1995. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BOHN, Simone R.; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 187-208, 2009.

BORGES, André. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 120-157, mai./ago. 2010.

FÉLIX, Jackson. **PIB de RR cresce 4, 3% em 2019 impulsionado pelas exportações para a Venezuela**. 10 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/03/10/exportacoes-de-soja-e-produtos-alimenticios-para-venezuela-impulsionam-pib-de-roraima.ghtml>. Acesso em: 6 jul. 2020.

FIGUEIREDO, Marcos. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950-1978. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 186-196, 1995.

GAMA NETO, Ricardo Borges. Ambição política na Assembleia Legislativa de Roraima, 1991-2021. *In*: SANTOS, Roberto Ramos; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **Do passado ao presente**: voto e institucionalidade da Assembleia Legislativa de Roraima, 1991-2021. Boa Vista: EdUFRR, 2022.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. 2011a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1162#resultado>. Acesso em: 10 jun. 2020.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: sinopse do censo e resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.

KINZO, Maria d'Alva Gil. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, 2005.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luís Felipe (org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2010.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. The "effective" number of political parties: a measure with application to West Europa. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidades e tendências 1982-94. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAINWARING, Scott P. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. o Brasil numa perspectiva comparativa. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 29, p. 34-58, 1991.

- NICOLAU, Jairo Marconi. A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileira, 1982-1994. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2.2, 1998. **Trabalho apresentado...** Caxambu, 1998.
- NICOLAU, Jairo Marconi. Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais. *In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências, 1982-94.* Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- NOGUEIRA, Francisco Marques M.; VERAS, Antônio T. de Resende; SOUZA, C. M. de. Roraima no contexto das migrações: impressões da (re)configuração espacial entre 1980 a 1991. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH. Conhecimento Histórico e Diálogo Social*, 27., 2013, Natal, RN. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.
- OLIVEIRA, Janaine V.; COSTA, Maria Clélia Lustrosa. Expansão urbana de Boa Vista (RR) e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p-1-18, 24 abr. 2018.
- PAIXÃO, André. **Abstenção atinge 20,3%, maior percentual desde 1998.** 8 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- PEDERSEN, Mogens. Changing patterns of electoral volatility in european party systems, 1948-1977: explorations in explanation. *In: DAALDER, H.; MAIR, Peter. Western european party systems: continuity and change.* Beverly Hills: Sage, 1983.
- PERES, Paulo; RICCI, Paolo; RENNÓ, Lúcio. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. **Latin American Research Review**, v. 46, n. 3, 2011.
- PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation.** Berkeley: University of California Press, 1972.
- RAE, Douglas. **The political consequences of electoral laws.** New Haven: Yale University Press, 1967.
- SÁ, Xico. Governador 'importa' eleitor para Roraima. **Folha de São Paulo**, 23 out. 1994.
- SANTOS, Haroldo Eurico Amoras dos. **Brasil e Venezuela: cooperação e integração econômica: corredor de integração regional Amazonas-Roraima-Bolívar-Orinoco.** 2011. 397 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Universidade de Brasília, 2011.
- SANTOS, Roberto Ramos. Composição partidária e representação parlamentar nas eleições para a Assembleia Legislativa de Roraima, 1990-2018. *In: SANTOS, Roberto Ramos; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Do passado ao presente: voto e institucionalidade da Assembleia Legislativa de Roraima, 1991-2021.* Boa Vista: EdUFRR, 2022a.
- SANTOS, Roberto Ramos. Eleições e sistema partidário em Roraima: multipartidarismo e competição política, 1998-2018. *In: PAIVA, Denise; PIETRAFESA, Pedro A. Sistemas partidários, partidos e eleições: tendências e dinâmicas da federação brasileira, 1998-2018.* Goiânia: Editora da PUC-GO, 2022b.
- SANTOS, Roberto Ramos. Novos atores e velhas políticas: o contexto eleitoral de Roraima. **Política Hoje**, Recife, n. 8-9, 1999.

SANTOS, Roberto Ramos. Partidos e eleições na Amazônia: o sistema partidário de Roraima em perspectiva comparada. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. n. 2, 2006.

SILVA, Romerito V. da; LACERDA, Elisângela G; DINIZ, Alexandre Magno A. Migrações internas e seus impactos no estado de Roraima. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém, PA. **Anais...** Belém, 2012.

TOMIO, Fabrício R. L.; RICCI, Paolo. O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 193-217, fev. 2012.

TRE-RR lança Campanha Voto Ético. 4 set. 2014. Disponível em: <https://www.tre-rr.jus.br/imprensa/noticias-tre-rr/2014/Julho/tre-rr-lanca-campanha-voto-etico>. Acesso em: 14 dez. 2020.

VALE, Ana Lia Farias. Imigração de nordestinos para Roraima. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 255-261, 2006.